

Brasil em 1990: recessão ou crescimento?

MÔNICA MAGNAVITA

Todo final de ano a mesma pergunta surge no ar: o Brasil, no ano novo que se avizinha, entrará em fase de crescimento ou enfrentará uma recessão? No que diz respeito a 1990, a incógnita, obviamente, ainda é maior diante de todas as incertezas que envolvem o próximo Governo. Não só no que se refere a qual será o Presidente eleito e o programa econômico a ser aplicado, mas também porque os programas de Lula e Collor, até o momento, não foram muito explicitados, sendo difícil traçar perspectivas claras a partir das propostas até agora reveladas.

Na opinião de economistas ouvidos pelo GLOBO, no entanto, é quase certo que o último ano da década e porta de entrada dos anos 90 será recessivo ou, pelo menos, de estagnação. A idéia de que o crescimento seria uma carta fora de baralho, de acordo com estes economistas, parte do princípio de que, seja qual for o Presidente eleito, será extremamente difícil combater inflação tão alta como a atual sem alguma contenção de demanda.

Mas, por outro lado, observam, como a economia do País é dada a reviravoltas supreendentes, mostrando uma força inusitada justamente quando se anuncia imensa fraqueza, pode até haver novo período de prosperidade. Principalmente se o próximo Governo vier a adotar outro congelamento de preços.

O risco que se corre, porém, nesta alternativa mais otimista, é que exatamente como ocorreu nos três programas anteriores de congelamento, o País venha a passar novamente por uma aceleração de demanda tão súbita quanto passageira, deixando intactos os principais estrangulamentos da economia.

E, sobretudo, deixando apenas congelada — mas viva — a inflação. De acordo com o professor da PUC carioca José Márcio Camargo, um novo congelamento só não vai acir-

As estratégias do PT e do PRN para recuperação da economia brasileira

Diante do risco iminente de hiperinflação, os candidatos do PT e do PRN defendem o fortalecimento das câmaras setoriais, como forma de conter a alta de preços. Collor é a favor da descentralização da dívida externa, enquanto Lula pretende suspender o pagamento dos juros. Quanto à dívida interna, a meta é alongar os prazos de financiamento, o que, segundo Collor, deverá ocorrer naturalmente. Lula defende a renegociação dos prazos com os credores.

	Inflação	Dívida externa	Dívida interna	Política salarial	Política externa
PRN	Câmaras setoriais para discutir reajustes de preços. Reformas administrativa, fiscal e patrimonial e um choque de credibilidade.	Descentralização da dívida. Cada devedor vai negociar separadamente com seu credor, de acordo com a capacidade de cada um.	Alongamento natural dos prazos de financiamento da dívida interna. Isso virá como parte do êxito da política de estabilização.	Aumentar o salário real e criar mais empregos, através do crescimento da economia. Redução das diferenças regionais.	Integração competitiva. Aumentar a competitividade do País no exterior. Reforma tarifária, extinção das reservas de mercado.
PT	Controle de preços via câmaras setoriais, revisão de subsídios e suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.	Suspensão dos pagamentos dos juros e renegociação. Auditoria para apurar irregularidades. União dos países devedores.	Alongamento negociado do perfil da dívida, através da troca dos títulos atuais por outros de prazos mais longos.	Aumentar a participação do trabalhador na renda do País. Dobrar o salário-mínimo real em um ano. Livre negociação salarial.	Manterá o nível de exportações. Investimentos externos que atendam à nova política industrial. Controle da remessa de lucros.

rar o processo inflacionário se vier junto com uma grande recessão.

Mas isso, certamente, não está nos planos de Lula, nem do PT. Quanto à equipe econômica de Collor, liderada pela economista Zélia Cardoso de Melo, por sua vez, já descartou qualquer tentativa de adoção de novo choque.

Uma outra previsão pouco otimista para o ano que vem é a de que o novo Governo, seja ele qual for, corra graves riscos de provocar uma hiperinflação. A tão falada credibilidade do Presidente eleito, que lhe daria sustentação para adotar programas de estabilização (Collor já declarou que a inflação deverá baixar para 25% em março por conta da confiança da população em seu Governo), foi questionada por outro professor da PUC, Dionísio Carneiro:

— Tanto Collor quanto Lula assumirão o Governo com a maioria dos eleitores contra ele. Pelo menos 40

milhões serão de opositores indiretos e 20 milhões de meio opositores, que votaram no ganhador no segundo turno de nariz torcido — afirma.

Riscos de descontrole à parte, o fato é que o novo Governo terá dificuldades em formar coalizões por conta de ter contra si um grande número de opositores, pondera Carneiro. Sem falar que nenhum dos dois partidos tem representatividade suficiente no Congresso para sustentar um programa político mais austero. Além disso, 1990 será um ano de eleições parlamentares.

Em outras palavras, os congressistas tentarão conquistar votos dos insatisfeitos com o novo Governo, o que significa dizer que farão uma forte oposição ao Presidente eleito.

Feita essa ressalva, os economistas Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), e José Márcio Camargo, da PUC carioca, além de Paulo Gonzaga, Coorde-

nador do Grupo de Análise Industrial do IBGE, sem falar no próprio Carneiro, consideraram muito difícil prever o que se poderá esperar do País no ano que vem, caso Collor vença as eleições. Trata-se de um fenômeno diferente, sem máquina partidária.

Pelo o que se disse durante as campanhas, Guedes acredita que nenhum dos dois conseguirá reduzir estruturalmente a inflação e resolver o problema da dívida interna e externa do País. A proposta de Collor para combater a inflação peca por não enfatizar a adoção de uma política fiscal rigorosa. Mas ele observa que se o candidato seguir à risca tudo o que vem dizendo durante a campanha (reduzir pessoal, cortar subsídios, privatizar estatais) é possível uma queda real das taxas, ainda que gradual.

O caso do PT ainda é mais grave, segundo Guedes. O partido, a seu

ver, terá dificuldades em combater o déficit público, uma vez que não corrigirá a hipertrofia do Estado na área produtiva. Como não será possível priorizar investimentos sociais e continuar com as despesas com a máquina estatal, a manutenção dos gastos públicos vai impedir que a inflação caia.

Já para Márcio Camargo, a proposta do PRN é uma incógnita, mas a do PT será capaz de reduzir gradualmente a inflação, uma vez que a introdução das trabalhadores nas câmaras setoriais terá efeitos positivos sobre os reajustes de preços nos setores oligopólios e no aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional de 38% para algo em torno de 60%.

A esse respeito Guedes contra-argumenta que nenhum País que tenha promovido uma guerra entre capital e trabalho teve uma economia vigorosa.